

Disponibilizado no D.E.: 15/04/2025

Poder Judiciário JUSTIÇA FEDERAL Seção Judiciária do Paraná 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

Av. Pedro Basso, 920 - Bairro: Polo Centro - CEP: 85863-756 - Fone: (45)3576-1182 - www.jfpr.jus.br - Email: prfoz02@jfpr.jus.br

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 5016428-78.2019.4.04.7009/PR

EXEQUENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

EXECUTADO: CHRISTIANO PORTELA

EDITAL Nº 700017990579

2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ.

EDITAL DE LEILÃO

Datas:

 1° Leilão = 28/04/2025 - 10:00 horas - Somente Online;

2° Leilão = 12/05/2025 - 14:00 horas - Somente Online;

1ª Designação: por preço não inferior à avaliação;

<u>2ª Designação</u>: a quem mais oferecer, com lance mínimo de 60%.

Realização por meio eletrônico mediante acesso ao sítio da internet http://www.kleiloes.com.br, podendo ser oferecido lance em tempo real e em igualdade de condições com o pregão físico, mediante a realização de um pré-cadastro no referido sítio.

Descrição do bem: Veículo IMP/Peugeot 406 ST, Placa DCF-6925, Renavam 0075018767-0, ano de fabricação/modelo 2000/2001. Estado de conservação: mau estado de conservação, com pintura desgastada pelo tempo e sem funcionamento há vários anos por problemas (ausência) na caixa de câmbio.

Avaliação do bem: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), em 02/2025.

Localização do bem: Rua Francisco Galvão, 33 - Chapada, em Ponta Grossa/PR.

Depositário: CHRISTIANO PORTELA.

Valor do débito: R\$ 86.036,30 (oitenta e seis mil, trinta e seis reais e trinta centavos), em 10/2024.

5016428-78.2019.4.04.7009 700017990579.V2



Poder Judiciário JUSTIÇA FEDERAL Seção Judiciária do Paraná 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

Recursos: possibilidade de invalidação da arrematação por meio de ação autônoma (art. 903, § 4º, do CPC).

Recurso pendente de julgamento: Não há.

Ônus do arrematante: a) custas de arrematação (0,5%) e comissão do leiloeiro (5%), ambos sobre o valor da arrematação; b) despesas com remoção do(s) bem(ns) móveis; c) débitos junto ao Detran Veículo IMP/Peugeot 406 ST no valor de R\$ 2.147,63 (dois mil, cento e quarenta e sete reais e sessenta e três centavos), atualizado até 26/03/2025, além de outros eventuais débitos.

Direito do arrematante: o arrematante poderá desistir da arrematação, sendolhe devolvido o depósito que tiver feito, nas hipóteses do art. 903, § 5°, do CPC: "I - se provar, nos 10 (dez) dias seguintes, a existência de ônus real ou gravame não mencionado no edital; II - se, antes de expedida a carta de arrematação ou a ordem de entrega, o executado alegar alguma das situações previstas no § 1°; III - uma vez citado para responder a ação autônoma de que trata o § 4° deste artigo, desde que apresente a desistência no prazo de que dispõe para responder a essa ação".

Ônus do executado: no caso de cancelamento dos leilões designados em virtude de parcelamento ou quitação do débito exequendo, o pagamento das despesas efetuadas pelo leiloeiro para a realização do ato, que compreendem: a) eventuais custas com a remoção e depósito de bens móveis; b) despesas com atos de promoção de venda de bens, calculados em 2% sobre o valor do débito exequendo ou o valor do bem, o quer for menor, sendo devido o valor mínimo de R\$ 200,00 e o máximo de R\$ 600,00.

Condições de pagamento: À vista (art. 892, § 1º, do CPC).

Visitação: os bens poderão ser vistoriados nos locais indicados, mediante prévio agendamento, a ser realizado através de e-mail para <u>kleiloes@kleiloes.com.br</u>, informando o **leilão** e o lote de interesse, nome, número de CPF e RG e telefone para contato. Os interessados poderão ver fotos e documentos no site já mencionado, bem como esclarecer quaisquer dúvidas por meio do telefone (44) 3026-8008.

Quem não pode arrematar: art. 890 do CPC: "I - tutores, curadores, testamenteiros, administradores ou liquidantes, quanto aos bens confiados à sua guarda e à sua responsabilidade; II - mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados; III - Juiz, membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, escrivão, chefe de secretaria e dos demais servidores e auxiliares da justiça, em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade; IV - servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta; V - leiloeiros

5016428-78.2019.4.04.7009 700017990579 .V2



Poder Judiciário JUSTIÇA FEDERAL Seção Judiciária do Paraná 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

e seus prepostos, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados; VI - dos advogados de qualquer das partes".

OBSERVAÇÕES:

- 1^a) As propostas de aquisição do(s) bem(ns) apresentadas por eventuais interessados, conforme autoriza o art. 895 do CPC, não suspenderão o leilão (§ 6°) e serão apreciadas pelo Juízo tão somente caso não seja realizada a venda em leilão (1ª e 2ª praça). Ficam os interessados cientes de que:
 - Art. 895. O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - I até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - II até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil.
 - § 1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
 - § 2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo.
 - § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.
 - § 5° O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.
 - § 6°. A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão.
 - $\S~7^{o}~A$ proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado.
 - § 8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado:
 - I em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor;
 - II em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar.
 - 2^a) Caso o(s) bem(ns) não seja(m) alienado(s) em leilão ou não sejam

5016428-78.2019.4.04.7009 700017990579 .V2



Poder Judiciário JUSTIÇA FEDERAL Seção Judiciária do Paraná 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

apresentadas propostas para a aquisição em parcelas, na forma do art. 895 do CPC, tendo em vista o disposto no art. 880 do CPC e arts. 373 e 374 do Provimento nº 62/2017, da Corregedoria-Geral do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, fica o Leiloeiro, nos <u>60</u> (sessenta) dias que sucederem ao segundo leilão, autorizado a promover a **alienação por iniciativa particular (venda direta)** dos bens cuja oferta tenha resultado negativa, nas mesmas condições observadas no segundo leilão.

3ª) Ficam os executados devidamente intimados, por meio deste edital, da realização dos leilões e da avaliação, caso não sejam encontrados para intimação pessoal (art. 889, parágrafo único, do CPC).

E, para que chegue ao conhecimento dos executados e de terceiros interessados para que não possam, no futuro, alegar ignorância, expediu-se este edital que será afixado no átrio deste fórum e publicado no Diário Eletrônico da Justiça Federal.

Documento eletrônico assinado por **JOAO ROMULO DA SILVA BRANDAO**, **Juiz Federal Substituto**, na forma do artigo 1°, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php, mediante o preenchimento do código verificador **700017990579v2** e do código CRC **7064954f**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): JOAO ROMULO DA SILVA BRANDAO

Data e Hora: 02/04/2025, às 17:48:31

5016428-78.2019.4.04.7009

700017990579 .V2